

A Direcção Política e o Exército

General
António Eduardo Queiroz Martins Barrento



1. Introdução

O maior problema que existe nas Forças Armadas (FA) portuguesas, nomeadamente no Exército, e que se apresenta como uma ameaça grave e muito destruidora, é o desconhecimento dos seus fundamentos e valores por parte significativa da classe política, e a ligeireza que caracteriza a direcção política que as tutela. Conhecer as FA, não na generalidade, na forma ou nas aparências, mas na especificidade, no fundo e nos valores que determinam a sua eficácia, deveria ser uma obrigação de quem, ao nível político, as dirige superiormente.

Ainda que o problema seja dos três Ramos das FA, vamos centrar a nossa atenção no Exército, que é aquele que melhor conhecemos por nele termos servido durante dezenas de anos, em vários níveis e em diversas funções.

2. Características do Exército

O Exército não é uma simples organização, mas uma instituição estruturante do Estado que é constituída por um conjunto de meios humanos e materiais, e tem uma “alma”. As suas principais características, que seguidamente se mencionam, sendo de um modo geral conhecidas, são frequentemente ignoradas ou maltratadas:

- O Exército é composto por diversas unidades e órgãos que se articulam e conjugam para que seja obtida a finalidade primária que justifica a sua existência - ter capacidade para realizar o combate e prolongar no tempo essa capacidade;
- A capacidade para combater e sustentar o combate é não só essencial para que possa cumprir as missões de defesa, de segurança e de apoio à política externa do Estado, que lhe compete executar, mas também porque só assim pode impedir ou limitar acções

hostis, ou seja, ter um efeito dissuasor;

- A diversidade das suas unidades e órgãos é devida à complexidade do combate e às diferentes características dos teatros de operações onde pode intervir, que exigem a acção conjugada, no espaço e no tempo, do movimento, do fogo ligeiro e pesado, da protecção e da ligação. Devido à diversidade das tarefas, meios e técnicas, e da imprescindibilidade da eficácia, requer-se a existência de unidades e órgãos adaptados às várias funções. Torna-se, assim, necessário dispor de saberes, técnicas e acções diferenciadas, por forma a poder obter conjugação de esforços, sinergias, e a evitar lacunas;

- A diferenciação das unidades e órgãos e das várias especialidades define as Armas e os Serviços que compõem o Exército, que não são apenas homens, saberes, técnicas e meios diferenciados, mas são também fieis herdeiros de história, sentimentos e valores que caracterizam o “espírito” da Arma ou do Serviço e que é um importante elemento de emulação e de elevação do moral;

- O Exército actua num universo hostil, contra forças que se lhe opõem também pela violência, em que, caso seja correctamente empregue, como é altamente desejável, está em jogo o interesse nacional;

- O interesse nacional que leva ao emprego do Exército exige que ele seja um efectivo aparelho de força, com capacidade para realizar em elevado grau a violência organizada, o que, juntamente com a própria natureza do combate, faz com que os militares corram risco de vida, o que aliás está bem expresso no juramento que fizeram de defender a Pátria;

- O Exército é fortemente hierarquizado por razões de obediência e disciplina que são absolutamente necessárias para que sejam alcançados objectivos complexos, difíceis, e que exigem pesados sacrifícios;

- Os meios humanos do Exército são o seu mais importante elemento, porque só neles reside a componente anímica, que pode conter a vontade de vencer, e porque os meios materiais, por mais sofisticados que sejam, de pouco valem se essa componente anímica não existir ou for de baixo valor;

- A componente anímica depende da consciência que exista acerca dos valores que se defende; da liderança dos quadros; da confiança no saber, nas técnicas, na instrução e no treino; da fiabilidade dos materiais que operam; do orgulho de pertencer à sua Arma, unidade e especialidade; do espírito de corpo e da coesão com os seus camaradas;

- O Exército é uma organização dispendiosa, devido aos elevados custos dos materiais que utiliza, que têm de ser evoluídos e “competitivos” com os dos outros exércitos modernos. Mas é-o também pela dimensão dos seus efectivos e pela instrução e treino de que necessita para poder ser eficaz;

- O carácter distintivo, por excelência, dos militares em relação aos restantes

concidadãos é a condição militar, porque ela resulta de sacrifícios únicos e extraordinários, desde os limites ao exercício de uma cidadania plena à prontidão sem reticências e até, se necessário, ao sacrifício da própria vida.

Desconhecer, ignorar ou maltratar as características do Exército acima mencionadas, como frequentemente se nota olhando para a acção desenvolvida ao nível político, é muito grave. De facto, quando consciente ou inconscientemente tal sucede, está-se a cercear ou impedir o Exército de cumprir cabalmente as suas funções de defesa do interesse nacional, arriscando por esse modo a segurança e a defesa do nosso País.

3. A opinião pública

Tendo em atenção que, ao nível político e particularmente os detentores de cargos públicos dão uma particular atenção à opinião pública, vejamos quais são as principais ideias instaladas na opinião pública portuguesa em relação às suas FA e ao Exército.

As F.A. são hoje menos necessárias

A ideia de que as FA são hoje menos necessárias é recorrente e resulta, muitas vezes, de se ter vivido um período de guerra com os inerentes sacrifícios e os consequentes desejos de paz, e de não serem muito visíveis as ameaças que possam existir. Esta ideia leva a “baixar a guarda”, a estar menos atento às FA e às suas capacidades e estruturas. Mas, quando a ameaça sucede e se tem então consciência de ela não poder ser enfrentada com aquilo que existe, adoptam-se soluções de emergência e improvisações de sucesso duvidoso, que poderiam ter sido evitadas caso tivesse existido uma permanente e correcta acção do poder político. Estamos hoje numa dessas situações.

Entre várias ameaças, devemos considerar as que podem surgir da gigantesca China com o seu enorme crescimento de poder; da recuperação do orgulho ferido dos russos com a perda do seu “*glacis*”; dos conflitos religiosos entre xiitas e sunitas; das acções do auto-proclamado Estado Islâmico; do regresso à contestação e redefinição de fronteiras em África e noutras regiões do globo; da inconsistência das “primaveras árabes”. Estas possíveis ameaças, por parecerem menos próximas, não têm merecido uma atenção cuidada, mas a nossa fronteira de segurança está no Norte de África, nas fronteiras da UE e da OTAN, e, dentro da própria Europa existe a ameaça do extremismo islamita. Se há meios que merecem particular atenção por causa destas ameaças, como um desenvolvido e articulado sistema de informações, elevada capacidade policial e coesão com os aliados, também a capacidade para intervir militarmente tem de ser convenientemente desenvolvida.

O ambiente de insegurança em que vivemos, o possível aparecimento intempestivo das ameaças, as prováveis escaladas de violência e a necessidade de controlo de áreas

territoriais e de populações fazem com que as F.A., e particularmente o Exército, possam ser hoje ainda mais necessárias do que foram em outros momentos históricos.

O Exército é uma organização como tantas outras

O Exército é obviamente uma organização, mas não é apenas uma organização, como alguns, parecendo saber de gestão mas desconhecendo o Exército, querem fazer crer.

Não é uma simples organização, porque, havendo no País centenas delas, poucas são estruturantes do próprio Estado. Aliás, a definição de Estado soberano evidencia a necessidade de estruturas que garantam a conservação e a sobrevivência dos seus elementos constitutivos. A própria Constituição o estatui.

Mas não é também uma simples organização, porque os seus fins e métodos são únicos, já que as FA detêm o monopólio da violência organizada, porque aos seus elementos são exigidos sacrifícios excepcionais e porque se regem por normas e valores fundamentais para a sua eficácia, tais como o amor à Pátria, a doação à missão, a rigorosa disciplina, a elevada disponibilidade e prontidão, a coesão, a camaradagem, o espírito de corpo.

Por estas razões, acções com que se pretendam deixar uma marca na reorganização das FA que esqueçam estes aspectos apenas destabilizam, desorganizam e fazem diminuir as suas capacidades. Com elas está-se inconscientemente a colaborar com possíveis inimigos.

As FA empregam-se hoje em conflitos de baixa intensidade

É um facto que as nossas FA, nos últimos anos, têm sido frequentemente empregues em operações de apoio à paz que, de um modo geral, se caracterizam como sendo conflitos de baixa intensidade. Isto levou mesmo um destacado político nacional a dizer que as FA, hoje, são para a paz. Deve notar-se que elas têm sido, não apenas hoje mas sempre, para a paz, porque não fazem a guerra pela guerra, mas fazem-na para conseguir a paz. Não foi, porém, este o sentido da frase, mas sim o de desclassificá-las, como se elas hoje fossem desnecessárias para a guerra.

Nesta linha de pensamento, acredita-se que as suas capacidades podem ser hoje limitadas, por fazerem operações de apoio à paz, mas isto é um erro grave. Primeiro, porque, se as FA não tiverem capacidade para realizar a violência de “alta intensidade”, elas não têm capacidade para dissuadir, condição que é indispensável para poderem arbitrar as partes em conflito, que estão presentes nessas operações. Segundo, porque uma operação de apoio à paz, no quadro de um conflito de baixa intensidade, pode, em dado momento, sofrer uma escalada para alta intensidade. Terceiro, porque um país necessita para a sua segurança e defesa de um aparelho militar apto a defender e a dissuadir, o que só acontece se ele puder realizar a violência de alta intensidade.

O Exército existe por poder ser necessário combater, o que não impede que possa também realizar acções aquém da violência do combate. Mas, se só puder realizar estas acções, ele será um instrumento de utilidade reduzida, dispendioso e incapaz para a defesa. Nessas circunstâncias ele será apenas um dispendioso “tigre de papel” que não dissuadirá coisa nenhuma. Em segurança e defesa, o *bluff*, quando funciona, dura muito pouco tempo.

As alianças garantem a nossa segurança

Para a sua segurança e defesa, Portugal necessita de aliados. Esta é aliás uma constante histórica nacional, que resulta do limitado poder estratégico de que dispomos e é bem evidente face às tensões e conflitos que acontecem na nossa fronteira de segurança. Além disso, a nossa proximidade geográfica com o Norte de África, zona de grande tensão, que a chamada “primavera árabe” ainda agudizou, e os conflitos que se registam na África sub-sahariana devem ser motivo de atenção e preocupação acrescidas.

Mas, usufruir da segurança colectiva no quadro de uma aliança obriga-nos a participar nela na medida das nossas possibilidades, mas por forma demonstrativa de que, caso necessário, temos direito à solidariedade aliada.

Deve também notar-se que, em caso de conflito, estarão presentes diversos interesses nacionais não totalmente concorrentes com o interesse colectivo, o que pode fazer diminuir a participação solidária. Esta circunstância indica-nos que não podemos contar apenas com a total solidariedade das alianças, devendo por isso dispor de uma certa capacidade militar autónoma. Além disso, e porque no âmbito do apoio à política externa do Estado podem surgir situações que não estão cobertas pelas alianças, exige-se mais da componente militar nacional.

O Exército tem pessoal a mais

Há muita gente que pensa que existe um excesso de pessoas nas FA e, nomeadamente, no Exército e alguns meios de comunicação social, sem qualquer fundamento racional, difundem esta mesma ideia. Esta incidência no Exército resulta de este, contrariamente aos outros Ramos, que necessitam de pessoal reduzido para operar os seus meios, ter o seu valor ligado à quantidade dos seus combatentes. É a quantidade de pessoal, ligada obviamente aos meios de que dispõe, que lhe confere a capacidade única de realizar operações terrestres que exijam a ocupação física do terreno e o controlo da população. Isto, que sempre sucedeu, é particularmente evidente nos conflitos recentes, que não se resolvem enquanto a componente militar terrestre não age. Logo, reduções significativas do pessoal do Exército impedem-no de realizar as operações que lhe são determinadas.

É evidente que haverá excessos de pessoal se só pretendêssemos ter algo como o “batalhão do Luxemburgo”. Mas uma força dessa dimensão, não podendo realizar

operações militares significativas, não é um dissuasor credível, não serve a defesa do nosso País, não apoia a política externa do Estado, não serve para operações de apoio à paz, não passa de um contributo irrisório para uma aliança que, em resposta, deverá contribuir decisivamente para a nossa segurança e defesa.

A ideia de que o Exército tem pessoal a mais é ainda apresentada com outra falácia - a elevada percentagem dos custos de pessoal no quadro do orçamento do Exército. Quando tínhamos o serviço militar obrigatório, que era uma contribuição mais democrática e alargada para a defesa e também escola nacional de cidadania, o pessoal era "barato", mas, no Exército de voluntários e contratados, as despesas com o pessoal são bem mais elevadas. Assim, a percentagem muito elevada das despesas de pessoal sucede porque são insignificantes os meios financeiros atribuídos para equipamentos, operação e vida corrente.

A percentagem de gastos elevados com o pessoal não significa haver pessoal a mais, mas sim haver meios insuficientes para as outras rubricas e, mais grave, mostra que quem elabora o orçamento, da tutela às finanças, não entende e não cuida convenientemente de garantir o valor e a operacionalidade do Exército.

O Exército é demasiadamente dispendioso

Para quem não acredita na necessidade do Exército, ele não é dispendioso, mas um gasto absolutamente inútil. Mas, mesmo aqueles que crêem que ele é necessário, porque não têm em conta a dimensão que ele deve ter (operação que, mesmo para peritos, é difícil), ele é demasiadamente dispendioso.

O Exército é, de facto, dispendioso. Primeiro, porque para ser eficaz, tem que utilizar materiais modernos e fiáveis, que são onerosos. Segundo, porque o seu valor depende significativamente dos efectivos e o pessoal é caro. Terceiro, porque a sua eficácia depende em grande parte da instrução, treino, operação e atrição que causam despesas que não podem, sem grave dano, ser significativamente reduzidas. É, porém, óbvio que os gastos com as FA não devem ir para além daquilo que é necessário para que se garanta a sua eficácia. Ir além disso é ferir o princípio da economia e gastar com as FA meios financeiros que poderiam ser atribuídos a outras necessidades do Estado.

A questão está, pois, em saber qual deve ser o nível necessário. Esta análise pode ser feita através do estudo das ameaças, pela visualização das situações de emprego e pela avaliação dos riscos que se assumem quando se fazem restrições. Mas, como a Europa, para a sua defesa, calcula que os vários países deveriam despendar 2% do seu PIB, nós estamos muito aquém desse valor.

A estrutura do Exército é demasiadamente pesada, rígida e complexa

A estrutura do Exército é variada, porque se trata de uma organização complexa para a qual têm de existir órgãos de comando, conselho e controlo, estabelecimentos, unidades e órgãos, territoriais e operacionais.

Não se conhece nenhuma outra instituição em Portugal que, nos últimos decénios, tenha reduzido mais o número dos seus elementos constitutivos, estabelecimentos, unidades, órgãos, e o seu pessoal, do que o Exército. Reduções maiores do que estas só sucederam em organizações que foram extintas. Logo, a não ser que se queira também extinguir o Exército, há que parar e fazer regredir este processo.

Nas cheias ao Sul do Tejo, em 1997, onde a acção do Exército foi necessária, o Presidente da República estranhava que não existisse nenhuma unidade militar ao Sul de Beja, a rarefacção do dispositivo e a falta de pessoal. Hoje, a rarefacção do dispositivo e a falta de pessoal são ainda mais notórias.

É normal pensar-se que há pouca adesão por parte do Exército e do seu pessoal sempre que se trata de fazer transformações na organização militar. Mas esta dita “resistência à mudança” resulta do natural receio de que, na miopia, vertigem e pressa das transformações, se destruam valores tão importantes como a sua operacionalidade, como o seu saber fazer, o moral dos militares, o orgulho de pertencerem à sua Arma e à sua unidade, a história e o espírito de corpo.

Racionalizar o que existe, função das necessidades, tem lógica, mas subtrair elementos que dele devem fazer parte, acabar com aquilo que faz falta, amalgamar unidades e órgãos significa destruir a necessária diferenciação que torna os vários módulos complementares e os conjuntos completos.

4. A direcção política

Nos últimos quarenta anos, estiveram na tutela das FA vários políticos que, de um modo geral, se preocuparam em entendê-las, ouvir quem sabe e, considerando o fim para que elas existem, procuraram que Portugal tivesse uma força militar apta a cumprir as missões que lhe são confiadas para servirem da melhor forma o interesse nacional. Restrições orçamentais, alterações constantes e anuais das leis de programação militar e algumas ideias desajustadas têm tornado difícil chegar ao produto operacional e às estruturas que deveríamos possuir.

Porém, por vezes, e mais recentemente, isso é notório, têm surgido na tutela das FA políticos que pensam mais em servir-se dessa função do que servir o País, aproveitando esse cargo para afirmarem a sua presença, para manifestarem o seu poder, quer por o seu partido ser uma força minoritária numa coligação, quer para superarem os traumas de derrotas em eleições partidárias ou outras. De facto, dada aquela situação ou perdas estas “batalhas”, eles querem conquistar notoriedade e credibilidade no ministério em que não há greves que os perturbem, em que os orçamentos são cumpridos e em que a

obediência dos militares pode dar publicamente a ideia do sucesso da sua acção governativa, a qual podem ainda ampliar com declarações de propaganda ou artigos encomendados.

Se é certo que o “tempo político” que os comanda (congressos partidários, eleições partidárias, autárquicas, regionais, nacionais) nada tem a ver com o alargado “tempo estratégico” que deve sustentar as questões de segurança e defesa, é óbvio que a sua acção dominada pelo interesse pessoal e partidário tem pouca relação com o interesse nacional.

Sendo a opinião pública, naturalmente, muito receptiva aos desejos de paz e de que se não gastem meios financeiros avultados com actividades e organismos que são inúteis ou de pouco uso, como na sua óptica são as FA, a direcção política, em vez de se empenhar numa acção pedagógica que mostre a indispensabilidade de possuímos um aparelho militar eficaz, que garanta a nossa segurança e defesa, corrobora aquelas ideias com o seu silêncio ou até com “encomendas” a pseudo-jornalistas que façam eco daquelas ideias.

Ao longo da vida, em vários cargos, fomos habituados a não destruir o que outros fizeram antes de nós, mas antes a tentar compreender porque o fizeram. Depois disso, se, por alteração das circunstâncias ou do racional que levou a essas decisões, houver que mudar, então com fundamento lógico far-se-ão as alterações julgadas necessárias. No caso vertente, da acção da tutela, julgamos que a febre de mudar é mais uma afirmação de presença e de poder do que uma necessidade em proveito do valor e da eficácia das F.A. e do interesse nacional. Por isso, procuram utilizar a sequência das acções que a lei estabelece como racional para tratar os problemas de segurança e defesa, buscando influenciar o seu processo, por forma a arranjar “justificação” para certas ideias preconcebidas. Isto é, não querendo introduzir essas ideias de supetão, vão procurando influenciar o raciocínio estratégico, por forma a que pareçam lógicas e necessárias.

Conforme tivemos oportunidade de informar o Ministério da Defesa Nacional, quando tal nos foi solicitado, de dizer em debates e de escrever em artigos para a *Revista Militar*, o desejo de, em 2012, mudar o conceito estratégico de defesa nacional, que está a montante do racional da defesa, teve esse propósito. Ou seja, parecendo procurar rever a nossa segurança e defesa, a tutela pretendia mostrar trabalho e arranjar “justificações” para os cortes, restrições e alterações que à partida pretendia aplicar, devendo também notar-se que isto não é independente do extremismo com que a austeridade foi aplicada em Portugal.

Dessa austeridade resultaram deficiências graves em actividades e serviços essenciais como a Educação, a Justiça e a Saúde, que, apesar de tudo, podem ser mitigadas com gastos suplementares nessas áreas. Mas tal não deve acontecer com as nossas FA, porque nessa área não é fácil recuperarmos com oportunidade os danos causados com essa política. As falhas na área da segurança e defesa são altamente lesivas do interesse nacional, podendo até afectar a nossa sobrevivência.

A tutela das FA teme que uma aparente inacção da sua parte seja entendida como passividade ou incompetência, quando muitas vezes a solução mais adequada e inteligente perante o que existe deve ser a de manter essa situação; de, em caso de necessidade e de evolução das ameaças, procurar aperfeiçoamentos; e de não fazer alterações bruscas e de difícil compreensão, por serem perturbadoras do moral dos militares e lesivas do produto operacional.

Menciono, um pouco *a latere* da finalidade do Exército, os casos do Colégio Militar e do Instituto de Odivelas, porque estão na sua dependência e têm servido o País com elevados valores e dedicação. É aqui paradigmática a vontade de agir, de mudar, e a acção corrosiva da tutela. Estes dois estabelecimentos de ensino - o Colégio Militar com mais de dois séculos e o Instituto de Odivelas com mais de um - têm dado ao país centenas de homens e mulheres, conscientemente patriotas e enriquecedores da sociedade em múltiplas áreas (das letras às ciências e às artes, da investigação à acção, em variadíssimas profissões, da vida política à função militar, da liderança ao serviço anónimo) numa doação à causa pública caracterizada por bem servir, tendo resultado muitas vezes, até, no sacrifício da própria vida.

A intervenção da tutela nestes dois colégios, no sentido de melhorar e racionalizar as despesas, era lógica e poderia ter incidido na formação de um corpo docente bem seleccionado e comum, no aumento das admissões, etc.. Mas tentar juntar no mesmo perímetro do internato masculino um internato feminino é uma ideia absolutamente absurda. O argumento da tutela de que já na tropa há dois sexos (e por vezes com problemas) é não distinguir o que são adultos e jovens. Além disso, ambos os colégios são instituições com história, com tradições e com alma, sendo criminoso destruí-los. O Instituto de Odivelas está muito bem naquelas paredes que vêm de D. Dinis e não há economia quando se pretende fazer de raiz um edifício para o internato feminino que custa milhões de euros; o internato no Colégio Militar, o batalhão colegial, a cidadania aprendida, o amor à Pátria, a camaradagem vivida, a escola de liderança são valores que devem ser preservados. Mas ouvir centenas de vozes de portugueses ilustres de todos os quadrantes políticos em defesa dos colégios não foi suficiente para travar esta acção destrutiva.

Tem-se argumentado aqui, como também ao nível geral do governo em relação à austeridade praticada, com as qualidades que são a determinação e a coerência. De facto, são qualidades, até que se torna manifestamente evidente o erro em que se incorre. A partir daí não são qualidades, é autismo, é abuso de poder, é estultícia. Esperemos que quem no futuro venha a ocupar a tutela das FA possa ainda emendar os erros cometidos.

5. Nota Final

Existe a ideia muito generalizada de que a disciplina nas FA impede o exercício da liberdade de opinião. Tal não é verdade e, quando possível, é até desejável a todos os

níveis, mas particularmente nos mais elevados, que aquele que tem de decidir ouça os seus subordinados e tome em consideração as opiniões expressas. Aliás, isto sucede normalmente no processo de apoio de um estado-maior ao seu comandante. Porém, depois disso, e isto faz parte da genética dos quadros do Exército, o executante, mesmo que não esteja de acordo com a decisão tomada, tudo fará para que ela se torne a melhor decisão. Em vez de contrariar ou procurar fazer valer os seus argumentos, assume a grandeza da obediência no seu sentido mais nobre e, abdicando totalmente da sua posição, fará tudo para que a decisão tomada passe a ser a melhor.

Estas posições, que as chefias superiores militares praticam, em grande parte das vezes não são entendidas pela classe política dirigente, porque o salutar exercício de expressão da opinião é entendido como uma resistência à obediência. Parece até que julgam que pensar é a primeira forma de indisciplina. Mas pensar e exprimir a sua opinião é essencial ao exercício do conselho por parte de quem, relativamente à Instituição Militar, está em melhores condições para informar e preencher as lacunas de conhecimento e de percepção dos dirigentes políticos. Frequentemente, comunicam-se decisões tomadas sem que as chefias militares tenham sido previamente ouvidas, mesmo em casos em que a legislação estabelece a obrigação de as ouvir, com receio da “desobediência” que seria surgirem opiniões contrárias. Por outro lado, e apesar de a direcção política ter dificuldade em entender a nobreza da adesão plena à decisão - tudo ser feito para que ela passe a ser a melhor opção - sabe que isso vai acontecer. Daqui resulta que a classe política dirigente “abuse”, por vezes, dessa situação.

Numa posição salutar e desejável entre uma tutela das FA e as chefias militares, aquela deve ouvir atentamente o “sentir” militar que lhe é expresso, porque vem de quem, melhor do que ninguém, conhece a instituição militar, as suas estruturas, a sua “alma”. Depois disso, e sabendo da posição genética que é fazer com que a decisão tomada seja a melhor, não abusar dessa convicção. Por sua vez, as chefias militares, depois de ouvidas, se concluírem que a decisão é mesmo destrutiva das FA, subverte a instituição militar, é um elemento altamente perturbador do moral dos militares, ou fere de forma clara o interesse nacional, terá de dizer convictamente “não vou por aí”. Não gostando de falar da minha experiência pessoal, sei o que estou a dizer, porque, apesar de ter vivido estes problemas num ambiente bem melhor do que o actual, fui informado, por vezes, de decisões que deveria ter conhecido antecipadamente e também consegui evitar vários danos, como o da destruição da Academia Militar (onde tem início a formação dos excelentes quadros que temos e que os nossos aliados admiram), quando disse à tutela que nunca a acompanharia nessa decisão.

Se pretendemos ter umas FA aptas a cumprir as suas missões e a defender o interesse nacional, estes assuntos e a escolha dos responsáveis e pessoal do Ministério da Defesa Nacional devem ser objecto de uma profunda reflexão por parte da classe política dirigente, dos partidos políticos, dos chefes de governo e daqueles que vão ter a função de tutela sobre as FA.